

# Wittgenstein e a dívida a James: a atmosfera filosófica da práxis na constituição do cognitivismo moral pragmático

*Wittgenstein and his indebtedness to James: the philosophical atmosphere of praxis in the constitution of a pragmatic moral cognitivism*

Léo Peruzzo Júnior

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR – Brasil  
FAE Centro Universitário  
leo.junior@pucpr.br

**Resumo:** O objetivo deste artigo é defender a possibilidade do *cognitivismo moral pragmático*, sustentado a partir dos trabalhos de Wittgenstein e sua dívida ao pensamento de James. Sendo assim, pretende-se mostrar que os juízos morais, para o *cognitivismo moral pragmático*, são cognitivos na medida em que encontram na *práxis* do jogo de linguagem a sua objetividade. Assim, por um lado, o debate metaético entre realistas e antirrealistas, especialmente McDowell e Blackburn, parece ser totalmente insuficiente ao não considerar em suas teorias os problemas dissolvidos pelo pragmatismo de James. Por outro, o núcleo que resiste em Wittgenstein, diferentemente do pragmatismo, é compreender que as palavras somente significam no seu uso, renunciando a busca de uma experiência que permita cada vez mais a aproximação à verdade. Por fim, mostramos que a afinidade de horizontes entre os autores parece residir no fato de que ambos compartilham uma atitude antifundacionista, isto é, as crenças básicas não podem ser justificações a partir de si mesmas.

**Palavras-chave:** Cognitivismo moral. Pragmatismo. Metaética. Wittgenstein. James.

**Abstract:** *The present study aims to argue for the possibility of pragmatic moral cognitivism, supported by works of Wittgenstein and his indebtedness to James' thoughts. Therefore, the article intends to show that moral judgments, to pragmatic moral cognitivism, are cognitive to the extent that they meet their objectivity in the praxis of the language-game. Thus, on the one hand the metaethical debate between realists and anti-realists, particularly McDowell and Blackburn, seems to be completely insufficient by disregarding in their theories the problems dissipated by James' pragmatism. On the other hand, the core that resists in Wittgenstein, unlike pragmatism, is to understand that words are only meaningful in their use, forgoing the search for an experience that increasingly allows for an approximation to the truth. Finally, we show that the affinity of horizons between the authors seems to lie in the fact that they both share an anti-foundational attitude, that is, basic beliefs cannot be self-justified.*

**Keywords:** *Cognitivism moral. Pragmatism. Metaethics. Wittgenstein. James.*

## Introdução

*“W. James: o pensamento já está pronto no começo da sentença. Como se pode saber disso? A intenção de proferi-lo, porém, pode já existir antes que a primeira palavra seja dita. Pois se perguntarmos a alguém. ‘Você sabe o que vai dizer?’, ele frequentemente vai responder que sim. Tenbo a intenção de assobiar este tema: eu assim já o assobieie em algum sentido, em pensamento, talvez?”<sup>1</sup>*

*“O pragmatismo desbloqueia todas as nossas teorias, flexibiliza-as e põe-nas em ação.”<sup>2</sup>*

Nos escritos posteriores ao *Tractatus*, segundo Kripke (1989), Wittgenstein substitui a questão “o que deve existir para que esta proposição seja verdadeira?”, por outras duas perguntas: a primeira seria “sob que condições esta forma de palavras deve ser apropriadamente afirmada (ou negada)?” e a segunda, “dada uma resposta à primeira pergunta, qual o papel e a utilidade, na nossa vida prática, de afirmar (ou negar) a forma de palavras sob estas condições?” (KRIPKE, 1989, p. 77). Por meio da discutível visão de Kripke, claro fica que a vinculação entre o significado e o uso, agora assumida por Wittgenstein, reclama a observação de três elementos de natureza pragmática: primeiro, diz respeito ao modo como as palavras são utilizadas; segundo, o contexto em que se empregam as palavras; e terceiro, às funções que elas devem desempenhar. São, portanto, o *modo*, o *contexto* e a *função* os elementos que constituirão a problemática acerca do uso da linguagem ordinária.

Esta indicação, assumida especialmente nas *Investigações*, parece marcar significativamente um abandono da busca pela forma geral da proposição, questão típica do *Tractatus*. Mas, como efetivamente Wittgenstein chegou a tal visão sobre a linguagem? E o que isso deve implicar para o estabelecimento dos debates acerca da possibilidade do *cognitivism moral*? Inicialmente, este artigo pretende mostrar que o cognitivism moral, sustentado a partir das *Investigações*, só pode ser pensado por meio de sua aproximação com os “elementos pragmáticos” derivados da obra William James. Embora Wittgenstein pareça rejeitar uma série de argumentos do autor, James é citado já em 1912 numa carta endereçada a Bertrand Russell, na qual relata “simpatia e admiração ao ler *Varieties of Religious Experience*”. McGuiness (1991, p. 214-15) sugere, por exemplo, que o jovem Wittgenstein se reconheceria na descrição da “alma enferma” que James faz na sexta e sétima partes do livro. Já

---

1 WITTGENSTEIN, 2008, § 575.

2 JAMES, 1997, p.47.

para Drury (1981, p. 21), quem Wittgenstein influenciou a abandonar a filosofia para dedicar-se à medicina, recorda que, por volta de 1930, Wittgenstein recomendou que lesse o livro de James, sugerindo o abandono da ideia de essência da religião pelas semelhanças de família que as diversas religiões compartilham.

A aproximação de Wittgenstein com os escritos de James é, portanto, evidente se partimos de uma reconstrução das sucessivas vezes que o autor é citado textualmente. Entretanto, não pretendemos, neste artigo, sustentar que Wittgenstein está encorajado a assumir as diversas posições do pensamento jamesiano. Especificamente, pretendemos mostrar que o cognitivismo moral deve, em grande parte, ser pensado a partir da concepção pragmatista derivada do pragmatismo jamesiano. Como veremos presentemente, as palavras, para Wittgenstein, somente significam em seu uso, no contexto de sua aplicação, diferente do *espírito cientificista* presente em James, que busca na essência dos objetos e das palavras alcançar definitivamente a objetividade da natureza. Sendo assim, está distante de nossa proposta reduzir o pensamento de Wittgenstein aos problemas de uma teoria pragmática da verdade.

## **1 O debate metaético na atmosfera filosófica da práxis**

Para começarmos a esclarecer a aproximação de Wittgenstein com o pragmatismo de James, em primeiro lugar, é preciso frisar que o filósofo vienense não pensa a linguagem fora de sua prática, assim como não há uma atividade correta que organize todas as outras atividades filosóficas como corretas ou incorretas. “Não há *um* método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias” (IF, § 133). Assim, compartilhamos da observação apresentada por Moreno: “A filosofia torna-se, nesse sentido, uma atividade exclusivamente terapêutica dirigida ao pensamento, e seu principal resultado será a cura do dogmatismo que está na origem das confusões conceituais.” (MORENO, 2005, p. 225). Deve-se, então, concluir que o debate metaético entre cognitivistas e não-cognitivistas não pode, seguindo Wittgenstein, curar-se do dogmatismo sem se libertar da ânsia metafísica de erigir uma ética normativa, pensada a partir de princípios morais que orientem definitivamente o comportamento humano.

A concepção cognitivista de Wittgenstein recusa, por um lado, uma redução da verdade a uma questão empírica, como o faz o pragmatismo jamesiano. Mas, por outro, aceita o fato de que é na *práxis* que os juízos morais tornam-se cognitivos. Na afirmação de Moyal-Sharrock, Wittgenstein resiste na afiliação com o pragmatismo, “porque ele não quer que *seu* uso do *uso* seja confundido com a *utilidade* do uso. Para ele, não é que uma proposição é verdadeira, se é útil, mas que o uso dá à proposição seu sentido.” (MOYAL-SHARROCK, 2003, p. 1). Porém, o que precisamos é deixar de pensar a linguagem fora de sua *prática* e descobrir que seus possíveis usos conferem seu sentido, questão que permite compreender que há *elementos pragmáticos* no pensamento de Wittgenstein, os quais são desconsiderados pelas teorias metaéticas de McDowell (2002) e Blackburn (1993). E, por fim, é interessante ainda perceber que os conceitos e juízos morais, para Wittgenstein, não possuem uma essência, assim como a linguagem em geral também não possui. Isso estabelece que a descrição gramatical pretende ser terapêutica na medida em que Wittgenstein não propõe que expliquemos o funcionamento da linguagem, mas

que simplesmente vejamos o seu funcionamento a partir de um olhar voltado para a dinâmica da *práxis*.

Para situar o debate anterior precisamos, inicialmente, caracterizar o *cognitivismo moral pragmático*, reconstruindo a definição de “pragmatismo” que, conforme sustentamos, é amputado pelas próprias interpretações fornecidas por James. Assim, é importante frisar de antemão que Wittgenstein não visualiza e não pretende aproximar-se de uma “teoria pragmática”, mas que, ao contrário, assinala para a *prática* como a possibilidade de tornar cognitivo um juízo de valor, questão amparada pela ideia de que “‘seguir uma regra’ é uma prática” (IF, § 202). Levando-se em consideração esses aspectos, Wittgenstein vai além das ideias de James, como bem observa Boncompagni:

A semelhança é realmente impressionante. Mais uma vez, temos de concluir que Wittgenstein, no desenvolvimento de suas ideias sobre a importância das ações e práticas, e particularmente nos últimos anos de sua vida, quando ele trabalhou na *Weltbild* e dissolveu o conceito de conhecimento na rede de nossas convicções de fundo e reações automáticas, tem ido mais longe do que James na estrada do pragmatismo, novamente, ele provavelmente teria reprovado James por não permanecer fiel às suas próprias ideias. (BONCOMPAGNI, 2012a, p. 56).

É significativo observar que a atmosfera filosófica encontrada no pensamento de William James reflete, em grande medida, a influência recebida de Spencer e Bergson, em suas propostas evolucionistas. Assim, as pesquisas empíricas em psicologia, realizadas por James antes de 1890, demonstravam que tanto o modelo da psicologia idealista quanto o associacionista eram insuficientes em seus princípios (MURPHY, 1997, p. 63). Para James, se por um lado o idealismo estabelecia princípios de unidade, abandonando o particular, por outro, o associacionismo solucionava a particularidade, mas falhava na constatação de continuidade, reduzindo a experiência a uma sucessão de elementos instáveis. Por isso, seguindo o argumento de Murphy (1997, p. 67), “a ideia de James é que a *crença existe pela ação*. Essa permite agir com convicção e segurança.”

Deste modo, a primeira constatação de James, conforme ressalta Murphy (1997, p. 74-75), é a respeito da consciência: ela é uma função da experiência em que os pensamentos são responsáveis pela adaptação do indivíduo ao seu meio. A consciência insere-se num fluxo contínuo da experiência, manifestando-se também de forma contínua. Esta versão, rotulada rapidamente de “empirismo radical”, procura reformular problemas fundamentais da filosofia e da psicologia, entre eles o que confere ao conhecimento seu *status* de verdade. Isso fica evidente, por exemplo, na obra de *The meaning of truth*, publicada em 1909, na qual James afirma que “as únicas coisas que devem ser debatidas entre os filósofos devem ser aquelas definíveis em termos retirados da experiência.” (JAMES, 1987, p. 826).

Essa afirmação parece marcar, evidentemente, que a fonte material servirá a todas as reflexões encontradas ao longo do pensamento de James. Neste particular sentido, Murphy (1997, p. 76) adequadamente aponta que quando a visão pragmatista valoriza a aplicação de um conceito, o significado desse conceito encontra-se no fato de

que esse assume uma realidade concreta a partir da qual se darão as consequências práticas. Temos, aqui, um exemplo claro de como o pragmatismo compreende a objetividade. Assim, para ilustrar melhor o ponto sublinhado, partimos da análise da obra *O Pragmatismo*, publicada em 1907. James apresenta o pragmatismo optando por valorizar a sua caracterização enquanto método, solucionando as controvérsias metafísicas a partir de suas consequências práticas. Como salienta Putnam (2003, p. 11), em *Il Pragmatismo: una questione aperta*, foi Russell o responsável por ridicularizar as observações de James sobre a verdade. Certamente é dessa imagem depreciada que Wittgenstein lerá o pragmatismo, especialmente como veremos em todas as menções textuais que Wittgenstein faz ao longo de seus escritos.

Pode ser útil observar que, antes de apresentarmos a definição jamesiana de pragmatismo, na primeira conferência encontramos, por um lado, uma reconstrução do dilema atual da filosofia e, por outro, uma posição que procurará sustentar-se entre o racionalismo (intelectualismo) e o empirismo (sensismo). Sobre a filosofia, afirma que “é desde logo o mais sublime e o mais trivial dos empreendimentos humanos. Opera nas mais diminutas fissuras e desvenda os mais largos panoramas.” (JAMES, 1997, p. 28). Já sobre o debate entre racionalismo e empirismo, o autor pretende criar um mecanismo intermediário, evitando um embate de teorias, semelhante àquele realizado em metaética entre realistas e antirrealistas. James, então, submete a definição proposta nos seguintes termos:

Quereis um sistema que combine ambas as coisas, a fidelidade científica aos fatos e a disposição de dar conta deles, o espírito de adaptação e acomodação, em suma, mas também a velha confiança nos valores humanos e a espontaneidade daí resultante, seja ela do tipo religioso ou romântico. (JAMES, 1997, p. 33).

Assim, nosso argumento é de que o pragmatismo de James não é propriamente uma filosofia, em seu sentido clássico, mas um método de avaliação prática e uma teoria que pretende explicar a geração da verdade. Essa posição é compartilhada pela tese de que uma ideia, para ser verdadeira, deverá necessariamente passar pelo crivo da atividade prática, preconizando uma das primeiras concepções do que seja o “pragmatismo”. Antes de sustentarmos essa interpretação, gostaríamos de apontar que James introduz uma perspectiva que se encontra entre os dados da crença e as experiências da prática, a qual se orienta para a avaliação dos efeitos sobre a vida prática dos indivíduos. No entanto, o próprio James reconhece, no prefácio da obra, que o “movimento pragmático” é um nome com o qual ele mesmo não concorda, embora seja demasiado tarde para mudá-lo, uma vez que esse se tornou carregado de más interpretações. Dessa forma, definir a influência do pragmatismo de James sobre Wittgenstein torna-se uma tarefa extremamente delicada uma vez que, conforme afirma Putnam (2003, p. 15), “o entendimento de James por parte de Russell assemelha-se a um frequente entendimento dos passos dados por Wittgenstein.” Sob esse ponto de vista, Putnam sugere que a interpretação do pragmatismo chega a Wittgenstein por meio de Russell, porém acreditar que Wittgenstein, em sua “teoria” do *significado enquanto uso*, avançou em relação ao pragmatismo é “reduzir a possibilidade de compreender aquilo que Wittgenstein afirma efetivamente.” (PUTNAM, 2003, p. 15).

Na conferência intitulada *O que significa o Pragmatismo*, James inicia retomando um velho problema das montanhas: “O *corpus* da disputa era um esquilo que se supunha estar agarrado a um lado dum tronco de árvore; enquanto no lado oposto da árvore se imaginava estar um homem.” (JAMES, 1997, p. 43). O problema metafísico resultante era se o homem anda em volta do esquilo ou não. Ao contrário de estabelecer um dualismo de posições, James estabelece a seguinte resposta:

Saber qual o partido que tem razão, disse eu, depende do que querem dizer na prática por “andar à volta” do esquilo. Se querem dizer passar do norte do esquilo para leste, depois para o sul, depois para oeste, e outra vez para o norte dele, obviamente o homem anda à volta dele, porque ocupa estas posições sucessivas. Mas se pelo contrário querem dizer estar primeiro em frente do esquilo, depois à sua direita, depois atrás, depois à esquerda, e finalmente em frente dele outra vez, é bastante óbvio que o homem não consegue andar à sua volta, pois com os seus movimentos compensadores o esquilo conserva sempre o ventre virado para o homem e o dorso para o lado contrário. Façam esta distinção e deixará de haver razão para mais disputas. Vocês estão ambos certos e ambos errados conforme conceberem o verbo “andar à volta” numa ou outra forma prática. (JAMES, 1997, p. 43).

Falando de modo geral, a definição apresentada por James não pode ser qualificada como um discurso de expediente evasivo, uma vez que o *método pragmático* é, em primeiro lugar, um método para regular disputas metafísicas que, de outro modo, seriam intermináveis.<sup>3</sup> Segundo aquilo que o autor afirma, a diferença prática entre as questões estabelece as noções necessárias para que algo seja tomado como verdadeiro. Para isso, James admite que o pragmatismo foi introduzido pela primeira vez por Charles Peirce, em 1878, num artigo intitulado *How to make our ideas clear*, publicado no *Popular Science Monthly*. James ainda se remete a uma carta recebida do químico Ostwald, que nas suas conferências sobre filosofia da ciência vinha aplicando o princípio do pragmatismo para resolver as lacunas dos experimentos: “Todas as realidades influenciam a nossa prática e essa influência é o seu significado para nós. Costumo pôr questões às minhas classes da seguinte maneira: em que aspectos seria o mundo diferente se esta ou aquela alternativa fosse verdadeira? [...]” (JAMES, 1997, p. 45). Deve-se, então, concluir que é a partir de tais elementos que James constrói sua definição do “pragmatismo”.

Uma leitura mais minuciosa de *O Pragmatismo* pode confirmar essa interpretação. Toda a segunda conferência, por exemplo, é dedicada a explicar o que significa o pragmatismo. James reconhece, por exemplo, que embora a ciência seja representada por perspectivas rivais, elas no fundo representam a

---

3 Para Wittgenstein, da mesma forma que a concepção apresentada pelo pragmatismo jamesiano, a filosofia inverte seu papel, deixando de tirar a linguagem do seu cotidiano para analisá-la filosoficamente. Isso é expresso na seguinte passagem de *Investigações*: “Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano.” (IF, § 116).

mesma coisa, uma vez que não existe outro sentido que não o prático. Para isso, pensa que a tarefa da filosofia deveria consistir inteiramente na descoberta das diferenças entre as acepções daquilo que pode ser considerado como verdadeiro. Como procuramos mostrar, o pragmatismo é encarado por James como uma recusa ao conjunto de hábitos inveterados por “filósofos profissionais.” (JAMES, 1997, p. 46), afastando-se da abstração e da insuficiência, de sistemas fechados, pretensos absolutos e princípios rígidos. Para esse caso, vamos considerar o que James diz sobre o método pragmático:

Mas se seguides o método pragmático não podeis considerar tais palavras como termo da pesquisa. Deveis extrair de cada palavra o seu valor prático real, pô-lo em ação na corrente de vossa experiência. Então, parecer-se-á menos com uma solução do que com um programa para mais trabalho e, em particular, com uma indicação das formas sob as quais realidades existentes podem ser mudadas. *Assim as teorias tornam-se instrumentos, não respostas a enigmas sobre as quais podemos descansar.* (JAMES, 1997, p. 47).

Ao formular o princípio do pragmatismo, James pretende elevar a discussão filosófica a níveis mais amplos, nos quais qualquer disputa poderia ser facilmente resolvida, uma vez que fossem traçadas as consequências práticas e identificadas as diferenças na vida futura dos indivíduos. Ao discordarmos sobre certos juízos morais como, por exemplo, se a prática do aborto pode ser considerada um crime em todas as situações, ou ainda, se algumas espécies de animais possuem mais direitos que outras, a única forma de resolvê-los seria aplicando tais juízos a casos concretos. Essa é, certamente, a visão do pragmatismo porque permite justificar moralmente determinado ato somente quando observamos o seu valor prático. Entretanto, se presumíssemos que esses juízos sempre fossem verdadeiros e, ao contrário, seus resultados futuros fossem imprevistos ou falsos, então isso significaria que essas diferenças tornariam nulo qualquer prosseguimento nas discussões filosóficas. É por isso que, segundo James, essa questão faria com que um número considerável de disputas filosóficas fosse facilmente resolvido pelo chamado *método pragmático*. (JAMES, 1997, p. 45-48).

Em síntese, a proposta de James não representa nenhuma nova teoria metafísica sobre a verdade, mas, contrariamente, parece definir-se pelo próprio subtítulo da obra como *um nome novo para algumas formas antigas de pensar*. Parece claro, então, que o mesmo acontece para Wittgenstein, como fica explícito entre os parágrafos 83 a 85 das *Investigações*. Segundo Wittgenstein, um dos grandes erros dos filósofos é o de criar, através do pensamento abstrato, regularidade e normatividade entre as diferentes atividades. Especialmente no parágrafo 84, Wittgenstein confronta a possibilidade das regras não darem margem a nenhuma dúvida, pois a regularidade de um juízo moral, por exemplo, que o aborto é um ato moralmente errado, depende, em último caso, do emprego e não de regras imperativas provenientes de uma ética normativa. Ao enunciar isso, segundo Boncompagni (2012b, p. 7-11), Wittgenstein afasta a concepção de que os juízos morais devam capturar a objetividade dos fatos, pois aprendemos as regras na prática do próprio jogo e é na prática que visualizamos os erros e acertos.



## 2 A concretude da linguagem versus a objetividade dos valores: a herança jamesiana

Numa análise textual realizada sobre a obra *Investigações Filosóficas*, é possível encontrar James sendo citado durante quatro vezes (especialmente de forma direta nos parágrafos 342, 343, 344 e 413). Já nos *Princípios de Psicologia*, encontramos mais de trinta passagens que têm um lugar paralelo nas *Investigações Filosóficas* e em *Zettel*. Outras anotações de Wittgenstein, encontradas nos manuscritos 130-138 – escritos situados entre maio e setembro de 1946 – discutem de maneira evidente com os escritos jamesianos. Portanto, a persistente aproximação do pensamento de Wittgenstein com os escritos de James permite apontar que o primeiro autor possuía grande admiração pelo projeto da obra do segundo, embora no que tange ao pragmatismo tivesse uma posição menos utilitarista. Segundo Passmore, nos últimos anos de sua vida, Wittgenstein fez sucessivas referências ao pensamento de James durante suas aulas, chegando ao ponto de citar de forma precisa, durante uma das aulas, o número da página em que era possível encontrar determinada afirmação. (PASSMORE, 1981).

Temos, portanto, algumas evidências que nos parecem suficientes para demonstrar que o pensamento de Wittgenstein encontra raízes na obra de James. Outro exemplo dessa aproximação está na segunda página do *Brown Book*, notas do curso ministrado entre 1934 e 1935, no qual James é mencionado a propósito dos sentimentos específicos que acompanham o uso das palavras, sendo que em algumas páginas seguintes, Wittgenstein se refere à afirmação jamesiana de que as pessoas não choram porque estão tristes, mas que estão tristes porque choram (BBr, § 1; § 48). Por outro lado, Wittgenstein se afasta do psicologismo de James, especialmente na tendência de confundir a experiência subjetiva com o significado e a gramática dos conceitos psicológicos com a própria experiência.

A efetiva concretude da ação, apontada por James, é reconfirmada por Wittgenstein. Entretanto, não é interesse de Wittgenstein provar que há valores objetivos, incluindo os morais, como argumenta McDowell (2002), mas apenas mostrar que os juízos que os expressam podem ser verdadeiros ou falsos, porque eles fazem parte da prática. Neste sentido, a observação de Wittgenstein de que os usos são parte da necessidade prática, para os quais é impossível definirmos regras exteriores à prática, parece explicar adequadamente o que pretendemos sustentar: “As regras não são suficientes para estabelecer uma prática; precisamos também de exemplos. Nossas regras deixam alternativas abertas e a prática deve falar por si própria.” (DC, § 139). Por exemplo, as regras de um regime político totalitário, como o nazismo ou o fascismo, dificilmente poderiam ser estabelecidas nacionalmente sem o auxílio de mecanismos sociais (racismo, tortura etc.), que são os exemplos práticos. Nesse particular, como Moreno notou, os usos das regras são sempre “voltados para finalidades criadas no interior de situações e práticas — seja na prática da vida cotidiana, seja na prática científica, ou, ainda, nas diversas formas de prática filosófica, artística, religiosa etc.” (MORENO, 2005, p. 154).

O pragmatismo jamesiano, enquanto teoria da verdade, afasta-se de uma definição metafísica da verdade, assemelhando-se, portanto, com a proposta de Wittgenstein, para a qual não se pode reduzir os juízos morais à objetividade dos fatos — como defende a posição realista — e limitar o significado dos conceitos morais a uma definição consensual — como articula o antirrealismo. Sob essas



condições, Wittgenstein indica que alguns jogos de linguagem nascem, outros se modificam e, ainda, outros desaparecem com o tempo.<sup>4</sup> Por isso, a linguagem é dinâmica e novos jogos estarão sempre surgindo, mostrando que os juízos e conceitos morais não podem ser limitados a uma imagem especular do mundo.

Neste sentido, Wittgenstein aponta que James não é suficientemente *pragmático* porque, em *Princípios de Psicologia*, é levado a buscar ilusoriamente essências dos objetos, ao invés de procurar compreender as palavras e descrever seus usos. James pretenderia realizar um cientificismo especulativo, pois busca explicar causalmente a linguagem da psicologia mediante teorias. É evidente que, nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein defende que as descrições dos usos efetivos das palavras em jogos de linguagem constituem seu sentido (PERUZZO, 2011; PERUZZO, VALLE, 2014). Assim refere-se Wittgenstein a James:

Aqui temos um caso de introspecção, não diferente daquele por meio do qual William James disse que o “si mesmo” consiste principalmente de “movimentos peculiares na cabeça e entre a cabeça e a garganta”. E o que a introspecção de James mostrou não foi a significação da palavra “em si mesma” (na medida em que esta significa algo semelhante, como “pessoa”, “homem”, “ele mesmo”, “eu mesmo”) nem uma análise de um tal ser, mas sim o estado de atenção de um filósofo que pronuncia a palavra “si mesmo” e quer analisar a sua significação. (E deste exemplo pode-se aprender muita coisa). (IF, § 413).

A introspecção, na análise de Wittgenstein, não pode demonstrar a palavra em “si mesma”, já que a significação das palavras é dada pelo seu uso, construído por regras que determinam sua correção. A perspectiva wittgensteiniana, ao tratar da introspecção, é se afastar de uma atitude anticartesiana, na medida em que a própria experiência interna não pode fornecer a significação das palavras. Podemos, então, perceber que a atitude anticartesiana de Wittgenstein é similar a uma atitude antissubjetivista, uma vez que o filósofo procura deslocar a ideia de uma análise de correção interna para a ideia de que a significação é dada pela prática do uso.

### **3 A justificação da linguagem e a natureza do conteúdo moral**

Segundo Waal, o pragmatismo de James aponta para a concepção de que uma crença, ou um pensamento, são verdadeiros quando encaixam na realidade. Reside nessa proposição o argumento de que nossas crenças e valores morais são, de algum modo, pertencentes a essa realidade, com a qual elas mantêm um grau de intimidade

---

4 Wittgenstein utiliza-se de uma metáfora para definir que, assim como uma cidade, a linguagem estará sempre se modificando, não havendo limites para a estabilidade absoluta de um conceito. Os jogos de linguagem não são eternos e podem desaparecer para que outros possam surgir em seu lugar, assim como uma cidade pode ter suas casas e ruas substituídas por outros tipos de construções: “[...] Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes.” (IF, § 18).

que permite serem verdadeiras. Entretanto, um ponto essencial na teoria de James, mal interpretado por pragmatistas posteriores como, por exemplo, Putnam e Rorty, como veremos, é o modo como se estabelece a concordância entre as crenças, os pensamentos e a realidade. Por isso, concordamos com a interpretação de Waal a respeito de James, para o qual pensamentos e crenças não copiam a realidade, mas “eles encaixam-se dentro da realidade” (*they fit within reality*). Dito de outra forma, o pragmatismo de James é, como o próprio autor intitula, uma versão de *empirismo radical* ajustada a novos e velhos problemas.

Uma posição apresentada por Steve Gerrard (1996, p. 171), em *A philosophy of mathematics between two camps*, publicado no *The Cambridge Companion to Wittgenstein*, reforça uma importante aproximação de Wittgenstein aos trabalhos de James. Gerrard reconstrói seu trabalho partindo da ideia de que a história da filosofia poderá parcialmente ser caracterizada por duas posições extremas: de um lado, autores analíticos, do outro, aqueles continentais. Entre essas duas posições, de um lado estão aqueles que duvidam da objetividade de todos os campos em todos os sentidos. No outro extremo, aqueles que estão seguros da objetividade, mas o fazem a custa de mistérios metafísicos. Segundo Gerrard (1996, p. 171), “Wittgenstein argumenta contra ambos os lados” especialmente ao tratar dos fundamentos da matemática como uma posição intermediária entre duas facções, questão que torna essas posições insustentáveis, pois o problema não se situa entre um paralelo, em que de um lado estão posições céticas e do outro a pureza da objetividade. Assim, no referido ensaio, Gerrard claramente mostra a existência de uma unidade entre a filosofia da matemática e a obra *Investigações Filosóficas*, tendo como tese o fato de que para Wittgenstein a matemática é um sistema que não trata da objetividade, mas que, por outro lado, afasta-se de uma visão cética sobre a possibilidade de conhecimento. (GERRARD, 1996, p. 173).

Entre os modelos de empirismo rejeitados por Wittgenstein encontramos, segundo Gerrard, o psicologismo, o intuicionismo e, por fim, o pragmatismo. O primeiro seria identificado com a necessidade de exatidão da matemática; o segundo, com a pluralidade de princípios; e, o terceiro, com uma espécie de pragmatismo cru, ou pragmatismo radical, que seria rejeitado explicitamente tanto por Wittgenstein como por James. Nesse sentido, Gerrard faz notar que se os papéis das proposições matemáticas e empíricas forem confundidos, então a matemática perde sua inexorabilidade peculiar e sua objetividade. (GERRARD, 1996, p. 181). Assim, é interessante salientar que Wittgenstein rejeita as três posições descritas, porque todas radicalizam a necessidade de apontar para a experiência como responsável por permitir que os juízos morais sejam capazes de verdade ou falsidade. Consequentemente, defender o cognitivismo moral pragmático significa que certas consequências práticas do processo determinam o modo como realmente temos seguido a regra e, com isso, tornam possível que os juízos morais sejam portadores de valores de verdade. Isso, contudo, não significa que os valores sejam propriedades supervenientes das propriedades naturais.

Com isso, é possível apontarmos que Gerrard demonstra a estreita relação entre o pensamento de Wittgenstein e aquele de James de maneira negativa, isto é, ambos se afastariam da própria acepção do *pragmatista radical*. A resposta para anular o pragmatismo radical estaria presente no fato de que certas consequências

práticas de proceder, ou agir, determinariam se alguém realmente está seguindo a regra. Nesse caso, a rejeição da posição pragmatista é um dos exemplos das diferentes formas de empirismo não assumidas por Wittgenstein, conforme indica o argumento de Gerrard (1996, p. 181). Partindo desse ponto, o critério pragmatista de avaliar o funcionamento das regras que organizam o uso dos juízos morais é pensado tanto em termos externalistas como internalistas. Em relação ao primeiro, porque os valores não derivam de nenhuma realidade extralinguística. Já em relação ao segundo critério, porque há regras internas que se aplicam apenas ao jogo em questão.

#### **4 O problema da introspecção como limite da psicologia**

No parágrafo 342 de *Investigações*, de maneira explícita, James é citado ao se referir, numa discussão iniciada já nos três aforismos anteriores, se *pensar* é um processo incorpóreo ou se devemos nos questionar primeiramente sobre a diferença gramatical da palavra *pensar*. Assim escreve Wittgenstein:

Para mostrar que pensar sem falar é possível, William James cita as recordações de um surdo-mudo, Mr. Ballard, que escreve que ainda em sua infância, antes que pudesse falar, preocupava-se com Deus e o universo. — O que pode isto significar! — Ballard escreve: *“It was during those delightful rides, some two or three years before my initiation into the rudiments of written language, that I began to ask myself the question: how came the world into being?”* — Você está seguro de que esta é a tradução correta em palavras de seus pensamentos sem palavras? — Gostaríamos de perguntar. E por que esta questão — que, de outro modo, parece não existir — põe aqui a cabeça para fora? Direi que o escritor é enganado por sua memória? — Eu mesmo nem me diria isto. Estas recordações são um fenômeno singular de memória — e eu não sei que conclusões sobre o passado do narrador se poderia tirar delas! (IF, § 342).

Wittgenstein utiliza-se da obra de James para demonstrar dois elementos essenciais ao problema da relação entre o pensar e a linguagem. O primeiro ponto é negar a introspecção, como se o pensar fosse um processo incorpóreo resultado de uma disposição psicológica privada. Caso pudéssemos nos referir de maneira privada a uma linguagem interna (privada), não estaríamos seguros de que a tradução correta das palavras em pensamentos, ou vice-versa, pudesse realmente acontecer, uma vez que não teríamos critérios suficientes para decidir sobre sua correção. O segundo ponto, apresentado no aforismo 340 de *Investigações*, é “que não podemos adivinhar como uma palavra funciona. Temos de ver seu emprego e aprender com isso.” (IF, § 340). Isso permite sustentarmos que Wittgenstein, ao assinalar a ideia de “*ver seu emprego*”, aponta para a existência de elementos pragmáticos no modo como devemos “ver” os juízos morais, conforme podemos ler também no aforismo 342 das *Investigações*. Por exemplo, dizer que “a atitude *x* é injusta” implica apenas vermos qual o efetivo emprego que esse juízo moral recebe na prática, sem que isso deva se comprometer com a existência de uma propriedade moral.

É importante notar que Wittgenstein menciona explicitamente James, no aforismo 413 das *Investigações*, ao analisar a introspecção e o problema da intransponibilidade entre a consciência e o processo cerebral. Assim, a identificação entre as emoções e as sensações, tese mostrada por James em seus *Princípios de Psicologia*, é rejeitada por Wittgenstein, uma vez que este rejeita a existência de uma categoria psicológica para as emoções, como apresenta Malcolm Budd (1989, p. 158-165). Concordamos com a tese de Budd, especialmente por demonstrar que a objeção central ao argumento jamesiano de que sentir uma emoção consiste em experimentar um conjunto de sensações corporais a partir de si mesmo para determinar sua verdade é algo não compartilhado por Wittgenstein. Isso ocorre porque, para Wittgenstein, as emoções também são pensadas a partir do seu uso na linguagem. Neste sentido, determinar privadamente quando alguém sente uma emoção por meio da introspecção é um argumento rechaçado por Wittgenstein, pois a significação não é um movimento determinado internamente, conforme aponta, por exemplo, no parágrafo 413 das *Investigações*.

A renúncia de Wittgenstein à questão jamesiana da introspecção pode ser considerada, em sentido negativo, um argumento importante para demonstrar que Wittgenstein conhecia os trabalhos de James. De fato, uma possível objeção seria sustentar que a filosofia de Wittgenstein é basicamente desconstrutiva, no sentido de que não cabe a ela propor teses científicas, mas apenas eliminar paradoxos e confusões que assombram as teorias filosóficas, como aponta Putnam (1992, p. 33). Com isso, pretendemos dizer que Wittgenstein não pretende construir teses filosóficas a partir do pragmatismo, mas mostrar que os juízos — por exemplo, morais —, por um lado, não dependem do estado mental de quem os possui e, por outro, não são fatos da mesma maneira como conhecemos os fatos da ciência empírica. Por isso, a influência de James sobre os escritos de Wittgenstein ocorre na medida em que o pragmatismo de James é pensado enquanto *método* e não como uma *teoria da verdade*. É isso que nos permite compreender porque, para Wittgenstein, em filosofia não se pode almejar a cientificidade do conteúdo moral, uma vez que deveríamos apenas realizar o esclarecimento de nossos pontos de vista.

## Considerações Finais

A concepção pragmatista, encontrada nas *Investigações Filosóficas*, torna possível afirmarmos que o debate metaético acerca dos juízos morais pode ser dissolvido quando consideramos o problema a partir da questão linguística. Contrariamente a uma visão radical, é possível encontrarmos elementos pragmáticos em outros aspectos da filosofia de Wittgenstein como, por exemplo, no parágrafo 422 de *On Certainty*: “Estou tentando dizer algo que soa como um pragmatismo.” (DC, 2012, § 422). Essa passagem torna explícita a tese de que Wittgenstein percebe a aproximação de suas ideias com elementos pragmatistas como, por exemplo, a noção de *uso* como fundamento para a linguagem. Consequentemente, é isso que precisamos para dizer que no cognitivismo moral pragmático os juízos morais são objetivos na medida em que nossas disposições práticas nos permitem atuar corretamente. Com isso, a agenda da metaética, a partir de Wittgenstein, volta-se estritamente à linguagem e, num certo sentido, às noções de “significado” e “objetividade” dos valores morais. Nesse contexto, por exemplo, poderíamos dizer

que, para o cognitivismo moral pragmático, “x é bom se, e somente se, a justificação do juízo moral é compatível com o *uso* prático do conceito”. Portanto, devemos considerar que a incorporação do pragmatismo no modo de compreender os juízos morais é uma questão essencial tanto para uma visão geral do *Tractatus* como das *Investigações*, em que está situado o debate entre alguns autores cognitivistas e não-cognitivistas (por exemplo, McDowell e Blackburn).

A filiação de Wittgenstein ao pragmatismo é, sem dúvida, um pressuposto que o próprio filósofo não pretende assumir, conforme apresentamos anteriormente na análise do parágrafo 422 de *Da Certeza*. Neste sentido, a ética não se torna uma consciência indefinidamente progressiva da realidade moral da comunidade, mas um conjunto de obrigações e princípios derivados e justificados pelas próprias práticas humanas. Em primeiro lugar, podemos observar em Wittgenstein uma atitude antirrepresentacionista acerca do conhecimento, uma vez que defenderia a seguinte ideia: os juízos de valor e os conceitos morais, assim como as concepções filosóficas são instrumentos terapêuticos, e não princípios metafísicos ou extralinguísticos. Em segundo, a concepção de que os significados e conceitos não são representações mentais internas, conhecidas por introspecção, mas objetos sociais e públicos, que podem ser caracterizados em termos de práticas sociais compartilhadas. E, em terceiro, a ideia de que os problemas filosóficos são confusões conceituais e verbais que, frequentemente, exigirão sua dissolução e reformulação. A solução para tais problemas se mede, simplesmente, pelo valor que tem para a vida. Por exemplo, para alguém que perguntasse se a violência em manifestações é algo bom ou ruim, deveríamos responder, a partir daqui, alertando para as consequências práticas que tais atos buscam e para os significados do que o conceito de “violência” pode implicar.

## Referências

- BLACKBURN, Simon. *Essays in quasi-realism*. New York: Oxford University Press, 1993.
- BONCOMPAGNI, Anna. “The mother-tongue of thought”: James and Wittgenstein on Common Sense. In: *Cognitio: revista de filosofia*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2012a, p. 37-60.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein. Lo Sguardo e il limite*. Roma: Mimesis, 2012b.
- BUDD, Malcolm. *Wittgenstein's philosophy of psychology*. Londres: Routledge, 1989.
- DRURY, M. O'C. Conversations with Wittgenstein. In: *Ludwig Wittgenstein: Personal Recollections*. RHEES, E. (ed.). Oxford: Blackwell, 1981.
- GERRARD, Steve. A philosophy of mathematics between two camps. In: *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. SLUGA, Hans; STERN, David G. (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GOODMAN, Russell B. What Wittgenstein learned from William James. In: *History of Philosophy Quarterly*, v.11, n. 3, 1994, p. 339-354.

\_\_\_\_\_. *Wittgenstein and William James*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JAMES, William. *The meaning of Truth — a sequel to pragmatism*. In: Writings, New York: The Library of America, 1987.

\_\_\_\_\_. *O pragmatismo — um nome novo para algumas formas antigas de pensar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

KRIPKE, Saul. *Wittgenstein: reglas y lenguaje privado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.

McDOWELL, John. *Mind, value, and reality*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mente e mundo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.

McGUINNESS, Brian. The so-called realism of Wittgenstein's Tractatus. In: *Perspectives on the Philosophy of Wittgenstein*. BLOCK, Irving (ed.). Cambridge: MIT Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *El joven Ludwig Wittgenstein (1889-1921)*. Madrid: Alianza, 1991.

\_\_\_\_\_. *Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents 1911-1951*. 4. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

MORENO, Arley. Introdução a uma pragmática filosófica: de uma concepção de filosofia como atividade terapêutica a uma filosofia da linguagem. Campinas: UNICAMP, 2005.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. Logic in Action: Wittgenstein's logical pragmatism and the impotence of scepticism. In: *Philosophical Investigations*, 26:2, 2003, p.125-148.

MURPHY, John P. *Pragmatism: from Peirce to Davidson*. Boulder: Westview Press, 1990.

PASSMORE, John. *100 años de filosofía*. Madrid: Alianza, 1981.

PERUZZO JÚNIOR, Léo. *O interior numa concepção pragmática*. Curitiba: Editora CRV, 2011.

PERUZZO JÚNIOR, Léo; VALLE, Bortolo. O limite proposicional como elemento de transição no pensamento de Wittgenstein. In: *Revista de Filosofia Aurora*, n. 26, vol. 39, 2014.

PUTNAM, Hilary. *Il pragmatismo: una questione aperta*. Trad. de Massimo Dell'Utri. Roma: Editori Laterza, 2003.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *The blue and brown books*. Oxford: Blackwell, 1968.

\_\_\_\_\_. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *Observações sobre a filosofia da psicologia*. Trad. Ricardo Hermann Ploch Machado. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 2012.

## **Lista de Abreviaturas**

IF – *Investigações Filosóficas*

DC – *Da Certeza*

RPP – *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*

BBr – *Livro Castanho*

## **Endereço/ Address**

Léo Peruzzo Júnior  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PUCPR  
Escola de Educação e Humanidades  
Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho  
CEP 80215-901  
Curitiba, Paraná, Brasil

Data de envio: 22-09-2015

Data de aprovação: 30-11-2015



